

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.300 - MG (2018/0272491-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ERICK WARLEY SOUZA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDA EXCEPCIONAL. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* CONCEDIDA.

1. O Recorrente foi preso em flagrante, no dia 19/07/2018, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, ocasião em que foram apreendidas 80g (oitenta gramas) de *maconha* e 63g (sessenta e três gramas) de *cocaína*. A prisão em flagrante foi convertida em segregação cautelar.

2. Sobreveio à impetração a prolação de sentença, em que o Paciente foi condenado como incurso no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 à pena reclusiva de 4 (quatro) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, no regime inicial fechado, mais 472 (quatrocentos e setenta e dois) dias-multa. Foi-lhe negado o recurso em liberdade, sem acréscimo de fundamentação à decisão primeva, não havendo, portanto, prejuízo ao exame da presente insurgência.

3. A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

4. Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida **necessária e adequada** aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

5. No caso, o Juízo de primeiro grau homologou o flagrante e o converteu em prisão preventiva sem a indicação de elemento concreto que justificasse a necessidade da custódia cautelar; tal falha persistiu na sentença

condenatória, ao ser mantida a segregação do ora Recorrente.

6. Em ambos os provimentos, foi ressaltada tão somente a gravidade abstrata do crime de tráfico – "*o Autuado apesar de ser primário, se envolveu em fato grave e de repercussão*" (fl. 24) e "*o réu foi preso em flagrante e está sendo condenado pelo crime de tráfico de drogas, **delito cuja natureza, por si só já é suficiente para a manutenção de sua segregação***", sem tecer qualquer consideração sobre os pressupostos necessários para a decretação da prisão preventiva.

7. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, que digam respeito às próprias elementares do tipo penal, **não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva**, porque nada dizem sobre a **real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

8. Ordem de *habeas corpus* concedida para revogar a prisão preventiva do Recorrente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da providência ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conceder a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora